

8 - Mapeando Alternativas para o Futuro

Jean Pierre Leroy
Tania Pacheco
Marcelo Firpo Porto
Diogo Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LEROY, J.P., PACHECO, T., PORTO, M.F., and ROCHA, D. Mapeando Alternativas para o Futuro. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. *Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 285-301. ISBN 978-85-7541-576-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415764.0010>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

8

Mapeando Alternativas para o Futuro

Jean Pierre Leroy

Tania Pacheco

Marcelo Firpo Porto

Diogo Rocha

O Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (ou Mapa de Conflitos)¹ apresenta um preocupante quadro das agressões causadas pelos diferentes projetos e empreendimentos que caracterizam o atual modelo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, porém, revela exemplos admiráveis de enfrentamento por parte das populações e comunidades, tanto do campo como das cidades. As conjunturas nacional e internacional, assim como as perspectivas que as diversas crises (da estrutural à climática) indicam, permitem vislumbrar uma melhoria da situação atual ou prever a continuidade ou mesmo o agravamento das atuais injustiças?

Lamentavelmente, prevê-se longa vida para o mapa. Segundo seus coordenadores, ele só perderá sua razão de ser quando a nossa concepção de mundo tiver sido revolucionada, levando a uma alteração radical nas políticas públicas. Enquanto isso não acontecer, as causas se reproduzirão e se multiplicarão os conflitos. E, na verdade, somam-se ao quadro econômico dimensões políticas, culturais e éticas que nos levam a afirmar que ainda estamos dando os primeiros passos em direção a essa ‘revolução’.

Na formação do capitalismo industrial e no seu desenvolvimento se viu adquirir vigor o sindicalismo que forçou o reconhecimento de amplos direitos humanos, em particular na área do trabalho. Hoje, o mundo

¹ Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.focruz.br>.

conhece uma regressão sem precedentes desses direitos, ao mesmo tempo que os explorados, os invisíveis, os 'atrasados' – povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, populações das periferias urbanas –, assim como mulheres e jovens reivindicam com novo fôlego seus novos/antigos direitos.

O reconhecimento da crise ambiental e os avanços prometidos após os vários marcos das últimas décadas – como as publicações *Primavera Silenciosa* (Carson, 2010) e *Nosso Futuro Comum* (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991) ou, ainda, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida também como ECO-92, Rio-92, – têm sido refreados por um ambientalismo de mercado que centra suas grandes soluções numa economia 'verde' e 'sem carbono', que desconsidera ou oculta os conflitos, as injustiças e as necessidades da vida em suas múltiplas dimensões.

Apesar dos retrocessos, há que se admitir que muitas das agendas atualmente colocadas por movimentos sociais e ambientais avançaram em sua capacidade de reconhecer e dialogar com questões fundamentais, antes desprezadas ou omitidas – como os direitos das comunidades tradicionais (incluindo as camponesas), indígenas e quilombolas –, que contribuem de forma central para o questionamento do modelo de desenvolvimento, baseado na busca obsessiva pelo crescimento econômico e na perda de valores sociais e interpessoais pautados na solidariedade e no respeito pela natureza.

Em contrapartida, tais avanços têm sido alvo de grupos econômicos e políticos conservadores que atuam até mesmo para promover recuos na legislação, tal como fizeram recentemente com o Código Florestal e continuam a fazer, de forma crescente, em relação à demarcação de terras indígenas e quilombolas, ao Código de Mineração e à própria legislação ambiental no âmbito federal e estadual. Assim, será necessária toda a atenção para que maiores retrocessos não ocorram nos próximos anos.

Não há linearidade na evolução histórica da humanidade e, portanto, o pior nem sempre se realiza, mas, sem dúvida, o cenário político e econômico não é muito propício para que se possa pensar numa drástica redução dos casos de injustiça ambiental e na melhoria da saúde individual e coletiva, que sempre se interconectam. Porém, a dialética das crises e as alternativas construídas no cotidiano das resistências poderão apontar luzes de um túnel cujo fim não nos aparece com clareza, até mesmo porque as crises são amplas e refletem uma crise civilizatória maior.

Alguns avanços recentes, como a manutenção e mesmo o reforço das políticas sociais compensatórias dos últimos governos, a retomada do emprego, pequenos progressos na política habitacional, a atenção dada à agricultura familiar/camponesa, poderiam nos levar a uma visão otimista se não fossem decorrentes do tipo de crescimento experimentado pelo Brasil. Isso também pode ser dito em relação ao reconhecimento dos direitos dos povos indígenas, quilombolas, das comunidades tradicionais e camponesas: o modelo de desenvolvimento utilizado para esse 'crescimento' é precisamente a causa principal das injustiças elencadas no Mapa de Conflitos, das quais eles são as vítimas majoritárias, além dos moradores e trabalhadores das periferias onde se encontram as 'zonas de sacrifício'. Portanto, a busca obsessiva pelo crescimento, realizada mediante o ocultamento ou desprezo dos impactos e dos sacrificados, é uma marca inevitável para o 'sucesso' desse modelo insustentável e iníquo.

A atuação crescente do Ministério Público, federal e estadual, assim como a regulamentação das defensorias públicas e de suas ouvidorias externas, legalmente responsáveis pelos direitos e tutelas coletivos, seriam alentadoras se, de fato, fossem totalmente respeitadas. No entanto, o que vemos, na luta pelo território que cada vez mais caracteriza o nosso cenário, é uma violência brutal que não dá sinal de arrefecimento e na qual a impunidade continua a prevalecer na maioria dos casos.

A crescente tomada de consciência sobre a importância do meio ambiente e sobre os impactos negativos na saúde produzidos pelo modelo de produção dominante seria promissora se não fosse subsumida pela crise permanente da saúde curativa e pela forma permissiva como os licenciamentos ambientais são concedidos. Com base nos casos registrados no mapa, podem-se identificar pelo menos três campos de análise que suscitam a nossa inquietação quanto ao futuro: o econômico, o político e o ético-filosófico.

As Ameaças do Crescimento

Em 2007, veio à tona a bolha imobiliária nos Estados Unidos, que escancarou a 'orgia' do sistema bancário internacional e a incapacidade dos governos de responder de forma republicana a uma crise muito mais profunda. As economias estadunidense e europeia estiveram próximas do colapso ou, pelo menos, degradaram consideravelmente as condições de vida da maioria dos seus cidadãos. Se os Estados Unidos retomam, mesmo que muito lentamente e de maneira desigual, seu crescimento, a Europa continua sem perspectivas, com alto índice de desemprego, em particular nos países

do sul da União Europeia. Movimentos sociais explodiram e continuam a pontuar a crise, desde o chamado 'coração do capitalismo', os Estados Unidos da Wall Street e do movimento Occupy.

A crise desencadeou consequências severas também em outros países. A China, em particular, está sendo obrigada a reduzir a velocidade de crescimento. O Brasil, que tem a China como um grande consumidor das suas *commodities*, vê-se obrigado a rever suas projeções. Em uma análise superficial, isso pode não ser considerado um problema tão sério, uma vez que boa parte da nossa economia é sustentada pela exportação de *commodities* agrícolas, e a humanidade, de qualquer modo, precisa se alimentar. Contudo, como o Mapa de Conflitos também nos mostra, o atual modelo de produção e consumo de alimentos está bem longe de ser justo e sustentável.

Essa conjuntura reforçou a política governamental de, além de socializar os prejuízos do setor financeiro, incentivar o consumo – numa solução já posta em prática no momento da crise norte-americana de 2007/2008 – e acentuar a industrialização voltada para o mercado interno. Mas o que chama a atenção é que, no Brasil e no mundo todo, aspira-se a retomar ou acelerar o crescimento, a única via entendida como solução. Mas, afinal de contas, crescimento como, para que e para quem? O que ele nos anuncia? Essas são questões centrais para compreendermos os conflitos e as injustiças ambientais no contexto brasileiro.

A produção de energia é causa importante de injustiça ambiental, como podemos ver no mapa. As projeções do Plano Decenal de Energia para o período 2010-2019 indicam que a tendência é de recrudescimento de conflitos, ainda mais em um contexto de desregulação ambiental, de que trataremos a seguir.

O Plano Decenal prevê que o incremento anual médio do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no decênio 2010-2019 seja de 5,1% (Brasil, 2010). Para a eletricidade, no mesmo período, a taxa média de crescimento do consumo estimada é de 5,0% ao ano. A hidroeletricidade contribuiria para satisfazer essa demanda com 61 projetos hidroelétricos, estejam eles em construção, concedidos ou planejados (Brasil, 2010), sem mencionar dezenas de pequenas centrais hidroelétricas (PCHs) já construídas ou previstas.

O Plano Decenal prevê ainda que exatos 108.991 habitantes serão afetados pela geração elétrica. No entanto, sabemos o quanto as estimativas oficiais são subestimadas para que o ônus socioambiental dos empreendimentos pese o menos possível sobre os custos. Às diferentes populações atingidas pelas barragens, teremos que acrescentar as pessoas e comunidades, na maioria

de baixa renda, impactadas pelos desmatamentos, pela extração de carvão e pela poluição causada no entorno das termelétricas. Ao mesmo tempo, o Plano Decenal assume uma lógica linear entre projeção de crescimento econômico e aumento da produção de energia, seja ela de onde for, até mesmo por via da expansão de usinas nucleares no país, num momento em que o mundo pós-catástrofe de Fukushima questiona a continuidade de uso dessa energia, que vinha sendo ‘vendida’ por sua indústria como uma das alternativas mais ‘sustentáveis’.

Além disso, não se discutem no Plano Decenal o sentido e os patamares para uma produção de energia sustentável que garanta qualidade de vida ao conjunto da população e não gere injustiças ambientais. Em 2010, o Brasil alcançou a maior produção *per capita* de energia em sua história – 52,9 gigajoules por habitante –, um número ainda bem inferior ao dos países mais industrializados da América do Norte e da Europa (IBGE, 2012). Portanto, seguindo o padrão econômico desses países, baseado no crescimento do consumo e dos lucros, os conflitos e a insustentabilidade só aumentarão. Isso demonstra a dimensão civilizatória da crise socioambiental: em vez de discutir e incentivar o crescimento econômico e a exploração de petróleo – caso do pré-sal –, o que deveríamos fazer é construir os alicerces de uma nova economia mais solidária e sustentável. Na atual corrente, ainda que mais investimentos em educação ocorram, os futuros ‘beneficiados’ deverão lidar com as tragédias decorrentes desse modelo energético industrial.

No campo da agricultura, o presidente para a América Latina da multinacional Nufarm Indústria Química, Valdemar Fischer, estimava em 2010 que a indústria de defensivos no Brasil poderia expandir-se de 4 a 5% sobre o faturamento de US\$ 6,6 bilhões registrados em 2009 (Agência Estado, 2010). De fato, segundo dados levantados pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), “em 2010, o mercado nacional movimentou cerca de US\$ 7,3 bilhões” (Vitali *et al.*, 2012), e chegou a mais de US\$ 8 bilhões em 2011.

Contrariando o otimismo das multinacionais do setor quanto ao futuro, pode-se prever o aumento de gravíssimos problemas de saúde pública já em curso, em parte registrados no mapa. Os impactos desses problemas e as alternativas para eles têm sido amplamente discutidos na sociedade pela Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos no Brasil.² Na fronteira do agronegócio, o Fórum Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso (2011) denuncia que no estado “são aplicados anualmente 46,2 quilos de agrotóxicos

² Ver em: <www.mst.org.br/Campanha-contra-o-uso-de-agrotoxicos>.

por habitante. O cálculo *per capita*, feito a partir do total de produtos defensivos comprados por proprietários de terras do estado, é o maior do país e supera em mais de 1.000% o índice nacional, que é de 3,9 quilos por brasileiro. O ano de referência para os dados citados é 2009". Catástrofes como a que atingiu Lucas do Rio Verde (MT), onde a pulverização aérea de pesticidas afetou gravemente a cidade em 2006, poderão se reproduzir com maior frequência caso esse método não seja proibido no Brasil, tal qual ocorreu em vários outros países.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o uso de agrotóxicos e fertilizantes já é a segunda causa de contaminação da água no país (Werneck, 2005). Puxados pela expansão das monoculturas de grãos e da cana-de-açúcar, acelerada pelo consumo de etanol como agrocombustível, pelos desertos verdes dos eucaliptos para celulose ou carvão vegetal, ou, ainda, pela fruticultura, os agrotóxicos fazem parte do modelo de agricultura hegemônica no Brasil, que degrada o solo, é químico-dependente e explora e expulsa trabalhadores do campo.

Apesar da crise mundial, há grande expectativa de crescimento do setor da mineração. Segundo *O Estado de S. Paulo*, o minério de ferro tem sido a grande estrela, mas são previstos investimentos também vultosos em níquel (US\$ 6,718 bilhões), alumina (US\$ 1 bilhão), bauxita (US\$ 987 milhões) e, em menor grau, fosfato, cobre e ouro em áreas já pesquisadas (A expansão, 2010).

Não pode ser esquecida a exploração do amianto, cuja promessa de banimento feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) antes de chegar ao governo não se concretizou. Há ainda a mineração do urânio, em Caetité, Bahia, e em Santa Quitéria, Ceará, ambas denunciadas pela Relatoria em Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil. Às populações do Pará, Maranhão e Minas Gerais, principais atingidas pelos empreendimentos de mineração, acrescentam-se outras, de outros estados, sobretudo se articularmos com a mineração o conjunto da cadeia produtiva das *commodities* metálicas, como o ferro-aço ou a bauxita-alumínio.

Se a luta mundial contra o amianto faz vislumbrar o fim da exploração da mineração, a do urânio pode se perpetuar. Os graves problemas e os conflitos causados pela exploração do petróleo e seu beneficiamento vão sem dúvida se multiplicar com o pré-sal e as novas áreas pesquisadas, projetando um cenário em que inúmeros riscos se agravarão, como os desastres ambientais em mar ou terra, a poluição atmosférica produzida por fábrica e veículos, ou mesmo a dificuldade do Brasil em contribuir para a redução dos gases de efeito estufa.

Embora o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) sofra atrasos, ele continua, em sintonia com a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um grande vetor de destruição ambiental e de pressão sobre as populações que encontra no seu caminho e que, no caso da IIRSA, atinge também países vizinhos. Segundo Elder Andrade de Paula (2011), professor da Universidade Federal do Acre,

O que estamos vendo [na Amazônia] é uma aceleração monumental da insustentabilidade. Está acontecendo (...) um processo avassalador de destruição que pode ser comparado ao período da ditadura militar da década de 1970. Todos os esforços realizados pelo governo em nível federal ou estadual são para transformar a Amazônia em uma base de expansão desse modelo primário exportador. As repercussões para as populações que vivem em tais territórios são enormes, uma vez que eles estão sendo avassalados de formas diversas por empresas madeireiras e mineradoras. As populações camponesas, os seringueiros, os ribeirinhos, todos os assentados, todos os que vivem da terra e na terra estão sendo afetados por essas grandes obras.

A pujança da agroexportação e a força política dos setores sociais que a encabeçam fazem antever tempos difíceis para quilombolas, comunidades tradicionais e, em particular, para os povos indígenas.

A Conjuntura Política

Em audiência, concedida a dom Erwin Klautner, bispo de Altamira, em julho de 2009, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o projeto da usina hidroelétrica de Belo Monte, um alto funcionário da área de energia comentou que alguns milhares de pessoas não podiam se sobrepor aos imperativos do desenvolvimento.³ Ele expressava em voz alta o que os adeptos do ‘crescimento a qualquer preço’ não teriam coragem de confessar. Por interesse, cinismo, convicção ou tudo junto, muitos empresários, políticos, autoridades do Poder Executivo ou mesmo técnicos e cientistas pouco críticos em relação ao *establishment* acreditam (ou dizem acreditar) que o sacrifício dessa minoria realmente significa vida melhor para a maioria. Mas qual maioria? E como estabelecer os critérios dessa equação, que compara benefícios a vidas, culturas e ecossistemas destruídos, além de se esquecer de nela contabilizar os trágicos cenários futuros?

Não há por que duvidar da sinceridade da presidente Dilma Rousseff quando declara que sua prioridade é a erradicação da pobreza, até porque

³ Relato pessoal a um dos autores durante o Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) em Caxambu, em outubro 2011.

os indicadores sociais efetivamente mostram melhoria nesse setor. Segundo Maria Luiza Rolim (2011),

De 2002 a 2011, pelo menos 4,2 milhões de pessoas saíram da situação de baixa renda (até meio salário mínimo mensal *per capita*), o que equivale a 24,8% de queda nesse segmento: de 17 milhões de pessoas em 2002 para 12,8 milhões em julho de 2011. A diminuição, contudo, ocorreu de forma distinta nas seis regiões metropolitanas do país e foi impactada pela desaceleração econômica de 2011.

Se raciocinarmos de forma meramente estatística, a expulsão de algumas dezenas de milhares de pessoas das suas terras e a saúde destruída de outras tantas não deveriam pesar. Entretanto, o acúmulo das injustiças cometidas em nome do ‘crescentismo’ sinaliza um sério enfraquecimento da democracia, quando importantes minorias se veem excluídas da cidadania, das quais a maior parte, além de tudo, é marcada pelo estigma do racismo.

Algumas características atuais da ação pública, tanto dos Executivos quanto dos Legislativos e do Judiciário, preocupam. Na maioria dos casos, as prioridades parecem ser as mesmas: crescimento antes de tudo. Isso com muita frequência leva os agentes públicos a terem comportamentos discriminatórios e arrogantes diante das populações, principalmente nos casos dos empreendimentos nos quais alguma instância de governo é mandante e/ou executora. A pouca atenção dada por parte do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) aos atingidos por empreendimentos, projetos e obras já era objeto de questionamento e mesmo de propostas alternativas, como a Avaliação de Equidade Ambiental (Fase & Etern/Ippur/UFRJ, 2011), tanto da parte das comunidades, como das organizações que as apoiam. No caso específico dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, o direito à consulta prévia e informada, teoricamente garantido por meio da assinatura do Brasil na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, continua sendo desrespeitado.

A fragilização da legislação e das normas socioambientais e de saúde, assim como a criação de regras que parecem diretamente inspiradas por interesses privados, seja na área dos transgênicos, do uso de agrotóxicos, do licenciamento ambiental ou, agora, do Código de Mineração, preocupam sobremaneira os que buscam um futuro sustentável e justo. O poder que essas forças – em particular o agronegócio, por meio da bancada ruralista – detêm no Congresso não permite vislumbrar qualquer mudança substancial dessas tendências no que se refere aos direitos humanos. Ao contrário, o que se vê é um número cada vez maior de propostas de emendas constitucionais (PECs) e projetos de lei (PLPs) voltados exatamente para retirar da Constituição de 1988 os direitos conquistados por povos indígenas e quilombolas.

O governo federal vive uma dupla contradição, entre um setor político historicamente comprometido com mudanças sociais e outros historicamente fisiológicos; entre a sua vontade de eliminar a pobreza, de garantir a voz da sociedade civil e de reforçar as solidariedades Sul-Sul, de um lado, e, do outro, a profunda vontade de inserir o país na economia mundial globalizada em sintonia com a sua visão desenvolvimentista. Tal visão se alinha com poderosos setores econômicos responsáveis pela exportação de *commodities* rurais (agronegócio) e metálicas (como as mineradoras e siderúrgicas), consideradas estratégicas para o equilíbrio fiscal dentro de uma visão macroeconômica que desconsidera as inúmeras externalidades negativas e injustiças produzidas por tais setores. Nesse sentido, a democracia está sendo fragilizada e mesmo colocada em perigo pela subordinação dos Estados ao mercado mundial.

Três pesquisadores da área de sistemas complexos do Instituto Federal de Tecnologia de Lausanne, na Suíça, mostraram as interconexões entre 1.318 empresas transnacionais que formam o núcleo da economia mundial. Refinando sua pesquisa, identificaram 147 empresas intimamente inter-relacionadas que controlam 40% da riqueza total daquele primeiro núcleo central de empresas (Vitali, Glattfelder & Battiston, 2011). Coincidentemente, na revista *Época*, o professor de Direito Constitucional na Universidade do Texas, Philip Bobbitt (2011), apresentado como “consultor de quase todos os presidentes dos Estados Unidos desde 1970” e defensor da tese de que o Estado-nação será substituído pelo Estado-mercado, informa que “a mudança que ocorre de Estados-nação para Estados-mercado não é uma questão de vontade: é inevitável”.

Não se pode esquecer de que o Estado-nação foi o instrumento que facilitou o surgimento do capitalismo industrial, mas foi nele que o movimento operário obteve conquistas sociais importantes, que permitiram, no mundo ocidental, o estabelecimento de Estados de Bem-Estar Social e o reconhecimento quase universal dos direitos humanos. Portanto, nenhum governo ou partido pode se esconder atrás de um suposto determinismo histórico. Que interesses e bases éticas tem esse Estado-mercado que tende a se expandir para o conjunto das esferas não só de produção econômica, mas de atividades classicamente assumidas pelo Estado-nação, como a seguridade social, a defesa da saúde e do meio ambiente, a proteção social, a educação, a cultura e a produção científica?

Dilema Ético-Filosófico

O Estado republicano e democrático não é mero espelho da sociedade; na verdade ele reflete as próprias assimetrias e relações de poder existentes. Sofre, portanto, influências por parte dos grupos sociais que detêm o poder econômico e político e dominam os meios de comunicação de massa. A chamada ‘opinião pública’, que sistematicamente repercute, amplifica e legitima a voz desses grupos dominantes, é entendida, sem maior questionamento, como a expressão da sociedade em geral. Um Estado de Direito deve assegurar que os interesses diferentes e até contraditórios das classes e dos grupos e setores sociais possam coexistir e, ainda, deve garantir a cidadania dos setores marginalizados e fragilizados. Diante de uma economia capitalista que não coloca outra alternativa ao desenvolvimento senão ela própria e que conduz os Estados a um inevitável enredamento, de bom ou mau grado, nas teias do mercado global, qual espaço de questionamento sobra à sociedade? E de que sociedade se está falando? Que vozes e interesses estão presentes nesse debate? Que futuro se está construindo?

As principais empresas brasileiras e multinacionais atuantes no país se apresentam como atores sociais. Um levantamento na *web* mostra que quase todas desenvolvem – diretamente ou em organizações não governamentais (ONGs) ou fundações que elas comandam – programas sociais e/ou ambientais, frequentemente em nome de uma ‘responsabilidade corporativa social e ambiental’ que representa importante estratégia de *marketing* na atualidade. Mais amplamente, o setor empresarial, ao afirmar que a solução da crise climática passa pelo maior desenvolvimento da economia, adjetivada de ‘verde’, apresenta-se como ator central no debate do futuro. O fracasso total das políticas de redução das emissões de gases de efeito-estufa é unilateralmente debitado na conta dos governos ou do comportamento ainda ‘inconsciente’ de consumidores, esquecendo-se comodamente de que são as grandes corporações financeiras e produtivas as responsáveis pela continuação do modelo de produção e de consumo. Aqui está uma elite que, direta ou indiretamente, com seu poder econômico, exerce a hegemonia intelectual sobre grande parte das sociedades humanas e instituições na atualidade.

Em diferentes frentes de pesquisa e/ou de assessoria a grupos de atingidos, o que se observa é a pouca atenção, a incompreensão e mesmo a condenação que tais grupos recebem do seu entorno por parte de setores que acreditam se beneficiar dos empreendimentos que geram as injustiças. É como se o crescimento, que representa a possibilidade de se ter acesso a um consumo

sempre maior, fosse a única perspectiva de futuro coletivo e individual que se apresenta à sociedade. Para muitos defensores desse modelo, seu sucesso é indicado pela ascensão de novos setores da classe média, aos quais Jessé Souza (2010a) chama de 'batalhadores'. Comenta o professor em entrevista:

Sem a socialização anterior de lutas operárias organizadas, disponíveis para aprender trabalhos de qualquer natureza e dispostas a se submeter a praticamente todo tipo de superexploração da mão de obra, essa nova classe social logrou ascender a novos patamares de consumo às custas de extraordinário esforço e sacrifício pessoal. Essa parece ser a 'vantagem comparativa' real dos países emergentes. (Souza, 2010b)

Nas grandes cidades, à diferença do proletário que logrou minorar a superexploração em decorrência da solidariedade expressa por quase dois séculos de lutas sociais, o batalhador de hoje é um indivíduo só, competindo na vida real como se participasse de um *reality show*, em busca do sucesso representado pela entrada no mercado do consumo. Cada um por si. E o 'cada um por si' retroalimenta o mercado, como se dissesse que está no bom caminho e que pode acelerar sem se preocupar demais com os direitos e o meio ambiente, ao mesmo tempo que conforta o poder público na sua boa consciência, como se dissesse que o povo o acompanha. Portanto, o 'sucesso' representado por uma classe em ascensão, sem capacidade crítica para compreender a realidade ou construir alternativas políticas em um mundo crescentemente em crise, precisa de outros ingredientes para transformar a sociedade em direção a outros futuros possíveis, mais sustentáveis, justos e solidários.

Zygmunt Bauman (2011: 195) comenta que "o consumidor é um inimigo do cidadão. Por toda a parte 'desenvolvida' e rica do planeta, abundam sinais (...) de que as pessoas viram as costas para a política". Seriam tempos sombrios que se anunciariam, se a história, os movimentos do Oriente Médio, os indignados da Europa e dos Estados Unidos e outros exemplos bem mais próximos não nos ensinassem que a humanidade ainda está construindo o seu futuro, e este parece longe de seu fim.

Conclusão

Confrontados por um poder econômico esmagador, pelas contradições do Estado e por representantes dos Legislativos, dos Executivos e dos Judiciários, muitos dos quais mais parecem verdugos que defensores dos seus direitos, os atingidos nos conflitos não são, entretanto, vítimas que se deixam conduzir ao sacrifício sem protestar ou construir alternativas. Na verdade, vêm colocando

em suas práticas cotidianas as sementes de uma sociedade bem diferente daquela que o mercado, muitos políticos, burocratas, operadores do Direito e mesmo cientistas insistem em defender como a única possível.

Ao poder econômico, respondem que também produzem, com uma outra economia, solidária, que respeita as pessoas, a vida e a natureza; ao poder público, demonstram que seu clamor é um magnífico reconhecimento da importância do Estado de Direito; aos indiferentes fechados no seu egoísmo, lembram que nenhuma sociedade se sustenta e se mantém humana sem se basear na solidariedade, na responsável busca de liberdade e felicidade, mas também no respeito às diferenças, à diversidade e à natureza, celebrada na nova constituição de nosso vizinho Equador em seu preâmbulo: “*la Pacha Mama, de la que somos parte y que es vital para nuestra existencia*”.

Como sugere Boaventura de Souza Santos (2006), em seu livro *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, tal reconhecimento pressupõe novas formas de se produzir conhecimentos, presentes na ideia de uma ecologia dos saberes e de uma nova sociologia da emergência, as quais têm como desafio central traduzir as novas condições de pluralidades políticas e epistemológicas na reinvenção solidária de um mundo em transformação.

Felizmente, os atingidos não estão sozinhos. Aliás, nenhum dos que lutam por sociedades justas, democráticas e sustentáveis está sozinho. Às milhares de famílias envolvidas nos conflitos (às quais poderíamos acrescentar milhões de outras em inúmeros conflitos que não estão ainda presentes em nosso mapa e análises), soma-se um número incalculável de pessoas e entidades que se solidarizam com elas de muitas maneiras. E esses números crescem à medida que as redes de solidariedade articulam os vários lugares e pessoas, o local ao global e vice-versa, conformando outras possibilidades contra-hegemônicas de globalização.

Apesar de serem os mais atingidos no mapa, os povos indígenas são um magnífico exemplo do que estamos falando. Quase inteiramente dizimados por ocasião da abertura da BR-174 (Manaus-Boa Vista), obra realizada na época da ditadura militar, em 2003 os Waimiri Atroari comemoraram o nascimento de Iawyraky, o milésimo indivíduo de uma etnia que já havia sido centenas de milhares de vezes maior. No dia 4 de novembro de 2011, apenas oito anos depois, eles festejaram o nascimento do 1.500º: haviam recuperado 50% de sua gente, e agora davam as boas-vindas a uma menina, Ketamyna (Dantas, 2011). Se no Mato Grosso do Sul, como vimos, os povos indígenas parecem ser usados ano após ano para garantir ao estado a liderança nas estatísticas dos suicídios e assassinatos, em outros estados eles recuperam, junto com sua cultura, suas tradições e seu amor à natureza e à vida.

Talvez mais importante ainda, entretanto, seja um fato que vem se repetindo Brasil afora e que só pode ser motivo de esperança, além de uma lição para todos nós: as alianças que se formam, principalmente no campo, e que por vezes se alastram pelas cidades, por meio da solidariedade aos movimentos sociais e entidades tipicamente urbanos. Se tomarmos apenas os últimos meses de 2011, o que vemos são exemplos de ajuda e de cooperação na luta que só podem ser classificados de comoventes.

No norte de Minas, vazanteiros e quilombolas se uniram, nos últimos dias de julho, e, caminhando madrugada adentro, fizeram a ‘retomada’ do que era seu de direito, demarcando eles próprios a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto, cujo nome seria, semanas mais tarde, mudado para Arraial do Meio. O território que ocuparam havia sido em parte invadido por grileiros e fazendeiros. E o próprio Estado se incumbira de tomar o restante, principalmente a parte pertencente ao Quilombo da Lapinha, transformando-o numa área de proteção permanente. Na reunião em que a comunidade recebeu a defensora pública da área do São Francisco e o coordenador do Instituto Estadual de Florestas, já no final de 2011, foi o próprio coordenador quem reconheceu a arbitrariedade, como pode ser conferido em vídeo disponível na Internet: “Nós somos invasores de uma terra que pertence à comunidade, eu me envergonho de dizer” (Combate Racismo Ambiental, 2011).

Na gravação, antes da chegada de ambos, vazanteiros e quilombolas contaram suas histórias sobre a retomada. Mas encerraram sua manifestação num brado coletivo a algo que, numa visão individualista, não lhes dizia respeito: “Nossa homenagem a Brejo dos Crioulos!”. Era a forma de mostrar que estavam juntos com outra comunidade quilombola de Minas sob ameaças de violência.

O exemplo de solidariedade não termina aí. O vídeo que documenta esse encontro com as autoridades, assim como outros, mostrando desde a noite anterior até a saída para a retomada, estão disponíveis em um *blog*⁴ organizado com a ajuda de uma ONG ligada à agricultura familiar: o Centro de Agricultura Alternativa (CAA) do norte de Minas. Esse centro igualmente é parceiro dos geraizeiros – com os quais estava, na mesma época, organizando duas audiências públicas, realizadas na última semana de novembro de 2011, para a conquista de uma reserva extrativista dos camponeses tradicionais e do povo indígena Xakriabá, em luta pelo fim da demarcação de suas terras.

⁴ Vazanteiros em Movimento, disponível em: <www.vazanteirosemovimento.wordpress.com>.

Outro belo exemplo que merece ser citado, também em novembro de 2011, aconteceu na Paraíba. Cerca de 150 índios da etnia Tabajara realizaram uma ação de retomada de suas terras na região do litoral sul do estado. Reivindicaram a demarcação de aproximadamente 10 mil hectares entre os municípios de Conde, Alhandra e Pitimbu, ocupados por um grupo empresarial para o monocultivo de cana-de-açúcar e assentamentos. E o importante é justamente que os trabalhadores rurais do assentamento Mucatu estiveram presentes na ação, prestando apoio e solidariedade à causa indígena, embora o Mucatu esteja localizado em área que também é reivindicada como território Tabajara.

Presente durante a retomada, Tania Souza, da coordenação regional da Comissão Pastoral da Terra de Pernambuco (CPT/PE), emocionou-se duplamente: “este é um marco para a luta pela terra e território na Paraíba. Um momento novo em que os verdadeiros donos da terra, o povo indígena, fazem retomada de sua terra, seu território, para ter vida digna no campo”. E foi além, sensível exatamente ao que queremos aqui destacar: “é muito significativa a aliança entre os povos camponeses, indígenas, quilombolas, assentados e sem-terra para a luta pela terra e em defesa dos territórios destes povos” (CPT/PE, 2012).

Outro fato marcaria o episódio: o cacique Tabajara Edinaldo, na ocasião, pronunciou uma frase que desde então passou a ser repetida, pela sua força, embora raramente seja atribuída a ele: “Arrancaram nossas folhas, quebraram nossos galhos, cortaram nosso tronco, mas esqueceram nossas raízes” (CPT/PE, 2012).

Para nós, das cidades, das entidades e academias, talvez seja preciso cada vez mais aprender a ouvir e a ouvir aprendendo com aqueles que, para muitos, não passam de ignorantes ou de ‘entraves ao desenvolvimento’. É necessário, igualmente, ajudar a visibilizá-los e, se necessário, facilitar as suas articulações, partindo de uma perspectiva de construção de diálogos e de estratégias que explicitem também a relação capital/racismo na reprodução das injustiças ambientais.

Com o projeto do Mapa de Conflitos, buscamos realizar o que se propôs no Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo, realizado em outubro de 2011, em Salvador, na parte final de sua carta política:

Uma das linhas estratégicas para a promoção dos diálogos e convergências é a produção e disseminação de conhecimento sobre as trajetórias históricas de disputas territoriais e suas atuais manifestações. Nesse sentido, as alianças com o

mundo acadêmico devem ser reforçadas também como parte de uma estratégia de reorientação das instituições do Estado, no sentido destas reforçarem as lutas pela justiça social e ambiental. Estimulamos a elaboração e uso de mapas que expressem as diferentes dimensões das lutas territoriais pelos seus protagonistas como uma estratégia de visibilização e articulação entre nossas redes e movimentos. (Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, 2011)

Referindo-se à necessidade de visibilizar nos movimentos feministas a presença das mulheres negras, Sueli Carneiro (2003) afirmou que era importante “enegrecer o feminismo”. Encerramos este capítulo adaptando suas palavras: a luta por justiça ambiental no Brasil só tem a ganhar e a avançar, em força e em coerência, à medida que todos aceitarmos a importância de “enegrecer e indianizar o ambientalismo”, potencializando processos transculturais e políticas para a transformação. A luta de resistência de uma minoria e a persistência (ainda que contra-hegemônica e invisível) da cotidiana reinvenção de alternativas, em diferentes espaços, podem ser o anúncio de uma sociedade à busca de reconstrução dos ideais perdidos.

Referências

- A EXPANSÃO da mineração. Estadão. São Paulo, 7 maio 2010. Disponível em: <www.estadao.com.br/noticias/impreso,a-expansao-da-mineracao,548202,0.htm>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- AGÊNCIA ESTADO. Agroquímicos: Brasil deve se tornar principal mercado em dois anos. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <www.economia.ig.com.br/empresas/agronegocio/agroquimicos-brasil-deve-se-tornar-principal-mercado-em-dois-anos/n1237757626020.html>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- ANDRADE DE PAULA, E. Amazônia: desenvolvimento insustentável e a busca do outro modelo. São Leopoldo, 2011. Entrevista. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/entrevistas/500493-amazonia-desenvolvimento-insustentavel-e-a-busca-de-outro-modelo-entrevista-especial-com-elder-andrade-de-paula>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- BAUMAN, Z. *A Ética é Possível num Mundo de Consumidores?* Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOBBITT, P. O estado nacional não atende a sociedade. Entrevista. *Época*. São Paulo, 10 out. 2011. Disponível em: <www.revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2011/10/philip-bobbitt-o-estado-nacional-nao-atende-sociedade.html>. Acesso em: 22 jul. 2013.
- BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Plano Decenal de Expansão de Energia 2019. Brasília: Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética, 2010. Disponível em: <www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/noticias/2010/PDE2019_03Maio2010.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.
- CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS & TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.
- CARSON, R. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.
- COMBATE RACISMO AMBIENTAL. Vazanteiros em movimento: reunião com MP e o IEF é uma bela aula de como deveriam ser as relações com as comunidades. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.racismoambiental.net.br/2011/11/vazanteiros-em-movimento-avaliacao-e-encontro-com-a-promotoria-publica-e-o-ief>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE PERNAMBUCO (CPT/PE). Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo visita conflito agrário na Paraíba. Disponível em: <www.racismoambiental.net.br/2012/02/comissao-nacional-de-combate-a-violencia-no-campo-visita-conflito-agrario-na-paraiba-15-02-2012>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- DANTAS, G. S. Nasce índio de número 1.500 da etnia waimiri-atroari. *A Crítica*. Manaus, 14 nov. 2011. Disponível em: <http://acritica.uol.com.br/amazonia/Nasce-indio-etnia-Waimiri-Atroari_0_590940948.html>. Acesso em: 15 dez. 2012.
- ENCONTRO NACIONAL DE DIÁLOGOS E CONVERGÊNCIAS. Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências. Salvador, 2011. Disponível em: <www.dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL & LABORATÓRIO ESTADO, TRABALHO TERRITÓRIO E NATUREZA DO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (FASE & ETERN/IPPUR/UFRJ). Relatório-síntese: projeto avaliação de equidade ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fase, Etern/Ippur, 2011.

FÓRUM DIREITOS HUMANOS E DA TERRA MATO GROSSO. Carta por um Mato Grosso decente: manifesto da sociedade civil. Cuiabá, 2011. Disponível em: <www.direitoshumanosmt.blogspot.com>. Acesso em: 22 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: IDS 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/ids/default_2012.shtm>. Acesso em: 26 jul. 2013.

ROLIM, M. L. Brasil já só tem 28% de pobres. Expresso. 5 out. 2011. Disponível em: <www.aeiou.expresso.pt/brasil-ja-so-tem-28-de-pobres=f678118>. Acesso em: 22 jul. 2013.

SANTOS, B. S. A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, J. Os Batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010a.

SOUZA, J. Jessé Souza traça perfil da nova classe trabalhadora brasileira. Entrevista. Boletim UFMG. Belo Horizonte, 17 dez. 2010b. Disponível em: <www.ufmg.br/online/arquivos/017683.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2013.

VITALI, S., GLATTFELDER, J. B. & BATTISTON, S. The network of global corporate control. Zurich, 2011. Disponível em: <www.arxiv.org/pdf/1107.5728v2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

VITALI, F. *et al.* Dossiê Abrasco: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2012. Disponível em: <www.abrasco.org.br/UserFiles/File/ABRASCODIVULGA/2012/DossieAGT.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

WERNECK, F. Agrotóxico é 2ª causa de contaminação da água no país. O Estadão On-Line. São Paulo, 13 maio 2005. Disponível em: <www.estadao.com.br/arquivo/vidae/2005/not20050513p473.htm>. Acesso em: 20 maio 2011.